



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 001.4.55.C

DATA: 05/02/18

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Solene - CN

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h25min

TÉRMINO: 18h13min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Declaro aberta a sessão solene e inaugurados os trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

É com prazer que eu registro a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, o Exmo. Sr. Deputado Federal Rodrigo Maia; da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia; do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Eliseu Padilha; da Procuradora-Geral da República, Sra. Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge; do 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Fábio Ramalho; do 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador João Alberto Souza; do 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Giacobbo; do 2º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador Gladson Cameli.

Convido todos a que permaneçam em posição de respeito, para cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Convido o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, a dirigir a Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional. *(Pausa.)*

O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Giacobbo, procederá à leitura da Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República.

Obviamente, S.Exa. a tem em papel, porque nós inserimos aqui, modernamente, apenas um *chip*.

O SR. GIACOBO (PR-PR) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, senhores presentes na Mesa, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler a Mensagem ao Congresso Nacional 2018.

Senhoras e senhores membros do Congresso Nacional, trago-lhes palavra de confiança no Brasil.

Há 1 ano, ao apresentar a mensagem presidencial na abertura da Sessão Legislativa de 2017, afirmei a este Plenário que a situação que herdávamos não comportava meias palavras: o Brasil atravessava, então, uma crise econômica sem precedentes.

Pois, passados 12 meses, tenho a grata satisfação de constatar: unidos, superamos a crise.

Devolvemos rumo ao Brasil. Com base em muito diálogo, colocamos o País de volta nos trilhos do desenvolvimento.

A inflação, que chegara à casa de 10%, caiu para menos de 3%. A taxa básica de juros, que passava de 14%, está em seu menor patamar histórico: 7%. O desemprego, que atingiu níveis alarmantes, começou a ceder. O Risco Brasil, que havia disparado, recuou significativamente — dos mais de 500 pontos negativos, verificados no início de 2016, caiu consistentemente, atingindo 162 pontos-base em dezembro de 2017.

Nossa economia voltou a crescer. A produção industrial, que retrocedia, agora apresenta crescimento. A safra de grãos bate recordes. O comércio exterior em 2017 registrou superávit de 67 bilhões de dólares.



Nossas empresas estatais, antes dilapidadas, são novamente orgulho para os brasileiros. Se, no terceiro trimestre de 2016, amargaram prejuízo de 5,6 bilhões de reais, no mesmo período de 2017 acumularam lucro de mais de 8 bilhões de reais.

Para ajudar os brasileiros a enfrentar os efeitos da crise, liberamos as contas inativas do FGTS. Foram 44 bilhões de reais que introduzimos na economia, em benefício de 26 milhões de trabalhadores. Antecipamos, da mesma forma, os saques do Fundo PIS/PASEP — as estimativas mostram potencial de liberar mais de 21 bilhões de reais para mais de 10 milhões de beneficiários em 2018.

Avançamos, também, na infraestrutura. Temos, hoje, modelo de concessões e privatizações com regras claras e estáveis. Em 18 meses, foram 70 projetos, que correspondem a 142 bilhões de reais em investimentos — e, em 2018, serão 75 outros projetos. São mais e melhores aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão. É um Brasil de mais produtividade, de mais empregos.

Uma economia que vai bem cria os espaços orçamentários para políticas sociais indispensáveis em um país como o Brasil. Uma economia que vai bem é decisiva para resultados efetivos na área social.

E foram muitos esses resultados. Em 2017, zeramos, pela primeira vez, a fila do Bolsa Família — antes, já aumentáramos o valor do benefício, depois de 2 anos sem qualquer reajuste. O Minha Casa, Minha Vida, que em maio de 2016 tinha cerca de 70 mil unidades paralisadas, foi revitalizado. Simplificamos a regularização de terras e moradias, no campo e na cidade — medidas que trazem mais dignidade para milhares e milhares de famílias.

Em matéria ambiental, também retomamos o caminho da sustentabilidade. O desmatamento na Amazônia, que vinha crescendo desde 2012, voltou a cair — segundo dados oficiais, obtivemos, de agosto de 2016 a julho de 2017, queda de 16%, contra o aumento de 27% que se verificara entre 2015 e 2016. Expandimos a área total das unidades de conservação federais e as áreas de floresta nacional concedidas.

Nada disso é fruto do acaso. São todos avanços que têm exigido disciplina, trabalho, clareza de ideias; que têm exigido, reitero, muito diálogo.

Com o fundamental apoio deste Congresso Nacional, temos levado adiante a mais ambiciosa agenda de reformas em décadas. Demos início a um novo ciclo de modernização do Brasil. Estamos trazendo o País para o século XXI — em nome do crescimento, em nome do bem-estar dos brasileiros.

Atualizamos leis trabalhistas concebidas na década de 1940. Novas modalidades de trabalho, próprias da economia contemporânea, ganharam proteção legal. Os acordos coletivos foram valorizados. A nova lei de terceirização dá mais liberdade para a criação de postos de trabalho, garante mais segurança jurídica a trabalhadores e empregadores. Tudo isso sem tocar em direitos.



A modernização trabalhista é parte de nosso abrangente esforço pela competitividade — esforço que dá mais dinamismo, mais eficiência à economia, para gerar mais empregos e renda.

Estamos destravando a economia, eliminando procedimentos desnecessários, informatizando processos. Estamos facilitando a vida de quem quer trabalhar, de quem quer investir. É um ímpeto de desburocratização que tem mobilizado todo o Governo. Torna-se mais fácil abrir uma empresa, torna-se mais fácil importar e exportar.

Senhoras e senhores, nesta obra coletiva que é a construção de um Brasil mais próspero e mais justo, é imprescindível cuidar da educação de nossas crianças e de nossos jovens. Atuamos — e continuaremos a atuar — no aprimoramento dos diferentes níveis do nosso sistema educacional. Na educação infantil e no ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular que instituímos assegura a todos os alunos, de escolas públicas e particulares, acesso ao mesmo conjunto de conhecimentos. No ensino médio, a reforma que aprovamos dá escolhas a nossos jovens para perseguirem sua vocação. No ensino superior, salvamos o Financiamento Estudantil, o FIES, que vinha ameaçado pelo descontrole das contas; agora, os estudantes carentes voltam a poder contar com esse programa essencial. Já começamos a ampliação do ensino médio em tempo integral, e nosso objetivo é, gradualmente, oferecer um total de 500 mil vagas a nossos alunos.

Igualmente imprescindível é garantir saúde de qualidade aos brasileiros. Melhoramos a gestão, economizando em atividades-meio para investir no que mais importa: a prestação de serviços ao cidadão. Aumentamos o número de médicos, de agentes comunitários de saúde, de equipes de saúde da família. Ampliamos a quantidade de Unidades de Pronto Atendimento 24 horas.

Finalmente, é também imprescindível para o Brasil que queremos prover segurança para nossos cidadãos. Muitos são os brasileiros que têm a sensação de viver sitiados. O nível a que chegou a violência em nosso País é intolerável. Quero reafirmar que o combate firme e consistente ao crime organizado é prioridade de nosso Governo.

Em 2017, logo que demandamos, enviamos forças federais para, em situações de crise, fortalecer a capacidade dos órgãos de segurança dos Estados federados. Ao longo de todo o ano, as Forças Armadas, as Polícias Federal e Rodoviária Federal e os serviços de inteligência atuaram, de forma crescentemente coordenada, para coibir a entrada e a circulação de armas e drogas no território nacional.

A realidade do crime organizado impõe, mais do que nunca, o dever de cooperar. O combate ao crime é desafio para todo o Estado brasileiro. Demanda engajamento integral do poder público — e nisso continuaremos empenhados.

Senhoras e senhores, temos promovido ainda uma política externa universalista, avessa a dogmatismos, uma política externa que reflete os reais valores e os interesses da sociedade brasileira.



Na América do Sul, tivemos, em 2017, um MERCOSUL de resultados. Resgatamos a vocação do bloco para a democracia, para o livre mercado. Revitalizamos sua agenda de negociações externas. Aproximamo-nos dos países da Aliança do Pacífico, abrimos novas frentes e, pela primeira vez em 20 anos, temos perspectiva realista de concluir o acordo MERCOSUL-União Europeia.

Junto a importantes mercados mundo afora, fomos bem-sucedidos na defesa dos nossos produtos agropecuários, quando suscitadas dúvidas sobre aspectos pontuais do sistema brasileiro de controle sanitário.

Em paralelo, o Brasil permaneceu ativo nos grandes debates internacionais, do meio ambiente às questões de paz e segurança. Nas Nações Unidas, tive a honra de ser o primeiro signatário de tratado global que proíbe o uso de armas nucleares — ameaça à paz que, infelizmente, está longe de ter ficado no passado.

Senhoras e senhores, as conquistas de 2017 nos animam a fazer ainda mais. É nosso dever concluir a agenda de modernização de que o Brasil tanto precisa.

Na Sessão Legislativa que ora se inaugura, nossas atenções estão voltadas para a tarefa urgente de consertar a previdência. O atual sistema é socialmente injusto e financeiramente insustentável. É socialmente injusto porque transfere recursos de quem menos tem para quem menos precisa, concentrando renda. É financeiramente insustentável porque as contas simplesmente não fecham, pondo em risco as aposentadorias de hoje e de amanhã. Em 2017, a Previdência Social registrou um déficit recorde de 268,7 bilhões de reais — 18,47% maior que em 2016.

A sociedade brasileira mostra-se cada vez mais consciente de que a reforma é questão-chave para o futuro do Brasil. A reforma combate desigualdades, protege os mais pobres. Responde à nova realidade demográfica do nosso País e dá sustentabilidade ao sistema previdenciário. O texto que apresentamos ao Congresso foi amplamente discutido ao longo do ano que passou. Também aqui, o diálogo tem sido nosso método. Fizemos ajustes para atender a preocupações legítimas, para criar regras de transição mais suaves. Chegou a hora de tomar uma decisão.

Passo importante, também para esta Sessão Legislativa, será a simplificação tributária. Precisamos desfazer o cipoal de regras que complica a vida dos empreendedores e aumenta o custo de produzir e gerar empregos no Brasil.

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional, todos sabemos que o Brasil atravessa momento de desafios históricos. Mas o que juntos já conquistamos reforça esta certeza: somos capazes de vencer cada um deles.

Mais do que nunca, a hora é de olhar para a frente, com confiança e sentido de direção. É nosso dever levar a bom termo a travessia que iniciamos.

Muito obrigado.

Michel Temer

Presidente da República. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Registro, com prazer, a presença dos convidados, dos embaixadores dos seguintes países: Ucrânia; República Eslovaca; República da Nicarágua; República de El Salvador; Estado da Bolívia; República Federal da Alemanha; República do Peru; Reino do Marrocos; República Islâmica do Irã; República Oriental do Uruguai; delegação da União Europeia.

Também estão presentes, representando o Ministro de Estado da Defesa e o Comandante da Marinha do Brasil, o Sr. Almirante de Esquadra Leonardo Puntel; o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Aloysio Nunes Ferreira; a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, Sra. Luislinda Valois; o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Carlos Marun; a Advogada-Geral da União, Sra. Grace Maria Fernandes Mendonça; o Defensor Público-Geral Federal, Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz; o Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Fernando Pimentel; o Presidente do Superior Tribunal Militar, Sr. José Coêlho Ferreira; o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Sr. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto; o Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral Sr. Sérgio Silveira Banhos; o Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ministro Raimundo Carreiro; representando o Comandante do Exército Brasileiro, o Sr. General-de-Exército Luis Eduardo Ramos Batista Pereira; representando o Comandante da Aeronáutica, o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Antonio Carlos Egito do Amaral; os Srs. Membros do Conselho Nacional de Justiça — CNJ André Luiz Guimarães Godinho, Henrique de Almeida Ávila, Valdetário Andrade Monteiro, Valtércio Ronaldo de Oliveira; o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos períodos de 1995 a 1996, 2003 a 2004 e 2009 a 2012, ex-Presidente da República Sr. José Sarney.

Registro também a presença do Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador João Mendes; e do Suboficial Fuzileiro Naval Músico, Maestro da Banda de Música do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, Sr. Lúcio Pinheiro Morgado.

Convido a Exma. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, para proceder à entrega da Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia; o Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; a Procuradora-Geral da República, Sra. Raquel Dodge; o 1º Vice-Presidente da Câmara e do Congresso Nacional, Deputado Fábio Ramalho; o 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Senador João Alberto Souza; o 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Giacobbo; e o 2º Secretário, Senador Gladson Cameli. Cumprimento todos e, cumprimentando a Mesa, cumprimento cada um dos presentes.

Iniciamos hoje um novo ano legislativo com novos desafios e com antigos desafios. O Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados têm avançado em muitas matérias importantes para o nosso País. Nós votamos no ano passado



matérias tão importantes e tão polêmicas como a reforma trabalhista. Tenho certeza de que os resultados da reforma para a vida das pessoas já começam a aparecer.

Tenho certeza de que a regulamentação da terceirização que votamos aqui também gera a possibilidade de melhorarmos as taxas de emprego no Brasil — aliás, a taxa de desemprego, no meio do ano de 2016, chegou ao patamar de 14% de brasileiros desempregados, uma taxa que certamente, com o esforço do Governo, mas também com o esforço deste Congresso, vem caindo ano a ano.

E tenho certeza de que, apesar dos bons resultados da economia no ano passado, é neste ano que nós vamos conseguir ter para a vida das pessoas um bom resultado nos indicadores econômicos.

No ano passado ampliou-se o emprego, mas o emprego ainda na informalidade, e eu tenho certeza de que este ano, com o crescimento, de que nós do Congresso fazemos parte, de mais de 3% na economia brasileira, serão gerados empregos de melhor qualidade e de carteira assinada.

E com certeza ainda temos muitos desafios. O Brasil é um país muito desigual. Aliás, a sociedade vem clamando a todos nós por um Brasil mais simples, um Brasil mais igual, igual entre o poder público e o setor privado, com uma previdência pública que garanta aos servidores públicos os mesmos direitos do trabalhador mais simples que ganha 1 salário mínimo. É isso que a sociedade exige de cada um de nós.

É por isso que eu não tenho nenhum problema, nenhum constrangimento em dizer, neste plenário e em cada ambiente a que eu vou, que a reforma da Previdência que está colocada não vem aqui, de forma nenhuma, para beneficiar ninguém que ganha o teto do salário do servidor público, ninguém que ganha o teto do Regime Geral. Essa reforma da Previdência vem para garantir igualdade. Eu tenho certeza de que é essa igualdade que a sociedade está esperando da política brasileira: igualdade de condições.

Quando nós olhamos o censo da educação brasileira e vemos uma evasão entre 15% e 17%, é para esse jovem que nós precisamos falar e governar. É para esse jovem que precisa do Estado brasileiro que nós precisamos reorganizar as despesas públicas. Não é só a Previdência, não. Cem por cento do Orçamento da União estão comprometidos, e não estão comprometidos com novas políticas públicas que cuidem desses jovens — mais de 1 milhão e meio no Brasil inteiro — que estão entregues ao tráfico de drogas.

É por isso que o nosso papel aqui às vezes é difícil. Às vezes não recebemos a compreensão devida. Mas se este Parlamento não entender que reformar as despesas do Estado é o único caminho para que nós possamos garantir ao brasileiro mais simples as mesmas condições, a igualdade de oportunidades de que todos precisam...

É por isso que eu tenho discutido, e talvez esta seja a peça única dos meus discursos, que ninguém governará o Brasil no próximo ano se as reformas das despesas não forem feitas.

Dez governadores estiveram comigo hoje. A situação de todos é cada vez pior. E quem paga a conta? Quem paga a conta é o cidadão comum. Quem paga a conta é o cidadão que precisa do Estado brasileiro.

É por isso que, como Presidente da Câmara e Deputado de um Estado que vive uma brutal crise fiscal, um Estado que quebrou, um Estado que vive uma crise



na área de segurança talvez sem precedentes, eu tenho a convicção de que falando a verdade, enfrentando os problemas, é dessa forma que o Brasil vai continuar saindo da crise. E falar a verdade é o caminho para que a política se reconcilie com a sociedade brasileira, a verdade com transparência. *(Palmas.)*

Às vezes, um discurso fácil tem 5 minutos, 30 segundos de aplauso. Mas com um discurso duro, verdadeiro, com transformações verdadeiras para a sociedade, nós estaremos olhando para o futuro, para a futura geração, e garantindo a eles um Brasil melhor.

É por isso, Senador Eliseu Padilha, que eu tenho defendido uma discussão verdadeira das despesas do Estado. Será que o Estado brasileiro protege e prioriza o seu trabalhador mais simples? Será que na reforma da Previdência nós estamos tratando do aposentado, do trabalhador que ganha 1 salário mínimo, que representa 70% da aposentadoria brasileira? Não. Nós estamos falando daqueles que ganham mais, no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, sem tirar 1 real do salário de ninguém, apenas pedindo a compreensão e o apoio de todos para colaborar com a recuperação deste País.

É por isso que, neste início de ano, a Câmara dos Deputados terá uma agenda muito clara: discutir de forma transparente as despesas do Estado brasileiro; discutir de forma transparente a segurança pública deste País; discutir de que forma o Congresso, o Legislativo, pode colaborar com a melhoria da segurança neste País; discutir de forma clara projetos da microeconomia, como a própria privatização da ELETROBRAS, para que possamos melhorar os investimentos públicos e a eficiência das empresas públicas neste País.

Eu acho que essa é a agenda de que a sociedade precisa. A sociedade precisa olhar a economia de um lado e um Congresso que tem uma preocupação clara, clara, com a melhoria da vida das pessoas.

É por isso que eu digo que nós não vamos melhorar a vida daqueles 4 milhões de brasileiros que voltaram para a extrema pobreza, pela crise que vivemos, fazendo o discurso fácil. Nós vamos tirar essas pessoas da pobreza se falarmos a verdade. E é isso que eu tento fazer e que eu tenho certeza de que cada Deputado e cada Deputada faz neste plenário a cada semana.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) - Senhoras e Senhores, é uma honra para mim participar da abertura da Sessão Legislativa de 2018. O Poder Legislativo reassume auspiciosamente a missão que lhe cabe, sob a égide do Estado Democrático de Direito. A Democracia reafirma-se nesta solenidade.

Como Presidente da Câmara dos Deputados, estou plenamente consciente da importância deste momento, em que as atenções estão voltadas para o mundo político. A Sessão Legislativa promete atividade intensa. Nem de longe deverá parecer a última da Legislatura, tal o esforço e empenho, a reflexão e temperança que serão exigidos de cada Parlamentar.

A votação da reforma da Previdência constitui hoje uma prioridade. Os estudos feitos estão muito bem embasados. Os números não deixam dúvida quanto



à sua urgência. No que diz respeito à Câmara dos Deputados, não há mais justificativa para novas postergações.

Muitas nações já revisaram os respectivos modelos previdenciários. A reforma constitui uma imposição de nosso tempo, quando os indivíduos passaram a viver mais, além de haverem conquistado maior capacidade produtiva.

Em jogo estão o reequilíbrio fiscal e a segurança do próprio trabalhador. Sem isso, corremos o risco de assistir ao colapso do sistema, dentro de poucos anos.

Matérias como o enfrentamento da violência, no plano nacional, a revisão do papel das agências reguladoras e as novas regras de licenciamento ambiental também deverão de receber tratamento prioritário, pelo que significam para a modernização do Estado brasileiro.

Com vistas ao efetivo avanço dessa agenda renovadora, considero igualmente fundamental a deliberação de matérias já em tramitação, a exemplo das mudanças na Lei de Licitações, das discussões sobre o fim das desonerações sobre a folha de pagamento e sobre a capitalização da PETROBRAS.

Ainda no primeiro semestre, a Casa deverá ocupar-se do projeto de lei que trata da privatização da ELETROBRAS, encaminhado recentemente pelo Executivo. Outras proposições aguardam encaminhamento, como as que dizem respeito a mudanças na Lei de Falências, à modernização do setor de gás natural, e ao novo marco regulatório do saneamento básico.

Como Presidente da Casa, gostaria também de enfatizar a questão da recomposição das finanças públicas, introduzindo o debate sobre as despesas obrigatórias, que – não se pode esquecer – já comprometem a maior parte do Orçamento. Os incentivos, benefícios, desonerações e vinculações precisam ser discutidos, assim como, num segundo momento, uma nova agenda social, séria e consentânea com a realidade.

Trata-se, com certeza, de temas delicados, mas, no que depender da minha vontade pessoal, serão enfrentados sem hesitação.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ao longo dos próximos meses, talvez como nunca, cada um de nós será permanentemente desafiado. O cenário requer serenidade, porque ao fim e ao cabo é da amálgama de diferentes visões que se realiza a dialética do exercício político.

A essência da democracia situa-se na prudência com coragem, na assertividade com disposição de ouvir. Palavras como união, apaziguamento e reconciliação impõem-se no nosso repertório para o diálogo, não só intramuros, mas sobretudo — e principalmente — com a sociedade.

Em 2018, haveremos de buscar o protagonismo do Poder Legislativo, fazendo, enfim, mais e melhor, de forma a marcar este como um ano de soerguimento, para o bem das instituições, da democracia e do Brasil.

Mãos à obra, portanto.

Felicidades a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB-CE) - Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Exma. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia; Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; Sra. Procuradora-Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge; 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Fábio



Ramalho; 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador João Alberto Souza; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Giacobbo; 2º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Senador Gladson Cameli; Sras. e Srs. Congressistas, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, trago aqui não apenas meu desejo, mas sobretudo minha esperança de que neste ano legislativo de 2018 os nossos trabalhos se deixem inspirar pela responsabilidade com o povo brasileiro, com o desenvolvimento do Brasil, e pela mais profunda sensibilidade às necessidades dos brasileiros, sobretudo aqueles que têm renda baixa, que estão na base da pirâmide social.

Neste ano, é imperativo estabelecer um confronto com a violência, com a insegurança pública, e vencê-las. É imperioso transformar o ano de 2018 no marco zero da criação do Sistema Federal Unificado de Segurança Pública. Antes de voltar a esse ponto essencial e inescapável, é preciso dizer que 2018 também será o ano em que a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira, se Deus quiser, vai se confirmar.

É unanimidade entre os economistas a perspectiva de crescimento do PIB em torno de 3% e da manutenção da inflação na meta e dos juros muito baixos. Aos poucos, o mercado de trabalho volta a se aquecer e a gerar novos empregos, consequentemente, auxiliando a recuperação da arrecadação e dos investimentos.

No Congresso Nacional, em 2017, avançamos, e avançamos muito. Cumprimos, no prazo constitucional, uma das principais tarefas desta Casa e deste Parlamento, que é estabelecer as diretrizes orçamentárias e alocar os recursos para a execução das políticas públicas ao longo do ano. Votamos todos os vetos que trancavam a pauta do Congresso Nacional. Cumprimos o nosso dever.

Em 2018, avançaremos mais! Precisamos, senhoras e senhores, continuar a retirar o Brasil desta crise econômica de tantas e tão profundas dimensões. O simbolismo histórico deste ano, em que comemoramos 30 anos da promulgação da Constituição da República, assegura que nossa democracia tem maturidade para renovarmos os princípios da convivência democrática entre filosofias políticas divergentes.

A campanha eleitoral, a vontade dos eleitores e a renovação dos votos de confiança da população mostrarão que a política é o único caminho e que a demonização dos políticos e da política não serve a nenhum bom propósito.

Senhoras e senhores, o que os brasileiros nos pedem é responsabilidade fiscal, para realizar muito mais e muito melhor com muito menos, e propostas factíveis, que realmente façam a diferença.

Temos, no Congresso Nacional, o desafio permanente de melhorar as leis existentes e de construir novas leis para este País.

É essencial que reformemos, sim, a Previdência, para eliminar privilégios — muitas vezes privilégios injustificáveis. Não podemos admitir uma reforma que prejudique aqueles que têm menos condições, como o agricultor, as pessoas com necessidades especiais, as pessoas que recebem apenas 1 salário mínimo e todos aqueles que dependem da Previdência para sobreviver.

São os privilégios que desequilibram o sistema previdenciário, e a extinção deles tem de ser o coração e o norte de qualquer mudança nas regras.



O que os brasileiros exigem é que estejamos trabalhando, discutindo e votando os projetos que lhes ofereçam estabilidade econômica, emprego, saúde, educação e segurança.

Senhoras e senhores, quero voltar ao tema que, tenho absoluta convicção, é a nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil: a insegurança pública.

Em razão disso, vivemos num ambiente em que poucas, raríssimas famílias, podem dizer que não conhecem uma pessoa vítima de algum tipo de violência.

Já faz algum tempo que a insegurança pública nos assombra, o que exige de todos nós todo o esforço e espírito públicos que possamos reunir em nossas atividades parlamentares.

Já temos, por exemplo, um sistema nacional de saúde, por meio do SUS; um sistema nacional de educação, por meio do FUNDEB, mas nenhum sistema efetivo e unificado na área de segurança pública.

Aproveito, portanto, este momento de abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional para propor uma reflexão sobre a imperativa necessidade de criarmos um novo sistema nacional e unificado de segurança pública.

Para isso, é fundamental que os três Poderes unifiquem esforços para a modernização da administração da Justiça e de todo o aparato de segurança pública do Estado brasileiro, nas três esferas federativas.

Já tive a oportunidade de discutir essas medidas com o Presidente da Câmara dos Deputados, que está ao meu lado, Deputado Rodrigo Maia.

Já tive a oportunidade, Ministro Eliseu Padilha, de conversar esse mesmo assunto com o Presidente da República, Michel Temer, e todos nós concordamos que esse movimento é imprescindível. Igualmente eu sinto, em conversa com Governadores, que essa é a opinião também de todos eles.

Um novo sistema unificado de segurança pública permitirá mais rapidez em processos, o aprimoramento na troca de informações entre agentes e órgãos públicos, e o desenvolvimento de instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos e essenciais para combater a nova configuração da criminalidade.

Senhoras e senhores, preservar a integridade física dos cidadãos é a primeira obrigação de um Estado Democrático de Direito. Sem o direito à vida, todos os outros direitos humanos se dissipam e perdem o verdadeiro sentido.

Nós acreditamos que o Brasil pode vencer os desafios da insegurança pública de maneira firme e corajosa, mas é preciso agir de forma cada vez mais vigorosa e preventiva contra o crime organizado, o tráfico de armas, o tráfico de drogas e a violência que impera.

Como defendem especialistas e autoridades do Judiciário e do Executivo, precisamos de tecnologia, logística e recursos, tanto financeiros quanto humanos.

Como alertou o Ministro Alexandre de Moraes, não é possível combater o crime organizado com um Código de Processo Penal de 1941.

Aliás, o Ministro Alexandre de Moraes, Sra. Presidente Cármen Lúcia, que faz parte daquela Suprema Corte, traz uma sólida experiência de ter sido Secretário de Segurança Pública do Estado mais populoso da Federação e tem muito a contribuir por ter também passado pelo Ministério da Justiça.

Aproveito para prestar o meu reconhecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, aqui ao meu lado esquerdo, que teve a



oportuna iniciativa de criação de uma comissão de especialistas presidida pelo Ministro da Suprema Corte deste País, já referido, Alexandre de Moraes, para buscar soluções para a segurança pública do Brasil.

Essa comissão, que passará doravante, com o entendimento que fiz com o Presidente da Câmara dos Deputados, a funcionar sob a égide do Congresso Nacional, tem muito a contribuir na formulação das alternativas.

Assim, concretamente, para não ficar apenas nas palavras, proponho a este Congresso Nacional, já a partir desta semana, as prioridades, que chamarei de reforma da segurança pública do Brasil:

1. Discutir e votar a proposta do novo Código Penal, que está no Senado Federal — e esse é um dos meus compromissos;

2. Discutir e votar as propostas do novo Código de Processo Penal e da nova Lei de Execução Penal, já aprovadas pelo Senado e atualmente na Câmara dos Deputados;

3. Discutir e votar a PEC que reorganiza as forças policiais da União e dos Estados, bem como dá prerrogativas às Guardas Municipais;

4. Discutir e votar, na Câmara e no Senado, as propostas que vedam contingenciamento de recursos da área de segurança pública;

5. Assegurar condições para que o Ministério da Justiça exerça efetivo controle do tráfico de drogas e de armas, bem como controle de fronteiras, garantindo os recursos necessários para a implementação desse programa;

6. Aprovar, em regime de urgência, a obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de celulares nos presídios, o que é essencial para o combate à violência;

7. Iniciar um imediato programa de construção de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo, a fim de que eles não tenham contato com presos de maior periculosidade, mas também a fim de que possam trabalhar para custear as despesas de seu próprio encarceramento;

8. Criar Comissão Mista Extraordinária para propor medidas adicionais, que tramitarão em regime de urgência em ambas as Casas, conforme entendimento com o Presidente Rodrigo Maia;

9. Finalmente, conforme já mencionamos aqui, propomos a junção e a comunicação entre os órgãos de segurança pública e os órgãos de inteligência já existentes para operarem conjuntamente, de modo ágil e flexível, em uma rede unificada em nível nacional em prol da segurança dos cidadãos.

Meus caros companheiros e minhas companheiras, essas são ideias iniciais que ofereço a este Congresso Nacional e que seguramente serão aperfeiçoadas pelas Sras. e pelos Srs. Senadores e pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

Concluo e diante de todos e de cada um reafirmo, mais uma vez, em nome do Congresso Nacional, o nosso compromisso com a harmonia e com o equilíbrio entre os Poderes, a nossa confiança na solução pacífica dos conflitos e a nossa fidelidade absoluta ao povo brasileiro e à Constituição Federal.

Meu muito obrigado a todas as autoridades e a todos os convidados que nos honram com o seu comparecimento.

Meu muito obrigado aos senhores servidores do Congresso Nacional e aos membros da imprensa que cobrem este trabalho efetivo.

Um bom ano legislativo a todos nós e um excelente 2018 para o Brasil!



Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer mais uma vez à Ministra Cármen Lúcia, que veio até aqui para prestigiar o Congresso Nacional; à nossa Procuradora-Geral, Dra. Raquel Dodge; e às autoridades que aqui compareceram e nos honraram muito com suas presenças.

Portanto, agradecendo a presença de todos, eu declaro encerrada a presente sessão. *(Palmas.)*

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.)